



Sistematização do 16º Seminário Internacional de Avaliação: Avaliação e Democracia

No dia 22 de novembro de 2022, o Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE) com o apoio da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Fundação Roberto Marinho e Itaú Social, realizou o 16º Seminário Internacional em Avaliação com o tema "Avaliação e Democracia".

O evento contou com a participação de palestrantes internacionais como Adeline Sibanda, ex-presidente da Associação Africana de Avaliação e Veronica Olazabal, presidente da American Evaluation Association em 2022, além de palestrantes e debatedores de renome no campo da avaliação, do Investimento Social Privado e da filantropia, acadêmicos e representantes da sociedade civil.

Dirigido a representantes de fundações, institutos e empresas, gestores de OSCs e de organizações governamentais, especialistas e estudiosos do campo da avaliação e do tema, o Seminário discutiu em que medida o uso de avaliações e dados pode fortalecer a democracia e como processos avaliativos podem ser construídos de forma mais democrática.

A palestra principal, com Adeline Sibanda, abordou a democratização da avaliação,

destacando as implicações dessa democratização para financiadores, contratantes, avaliadores e usuários. Ressaltou a importância de pensar nas tendências globais, questionando as influências da colonização e a necessidade de descolonizar o processo de avaliação.

Em sua fala, Adeline levantou questões cruciais sobre o impacto da avaliação nas políticas e intervenções, destacando as crises globais, como as falhas em ações climáticas e problemas sociais. A erosão social é apontada como um desafio central, sendo essencial corrigi-la para garantir a sustentabilidade do mundo. Em sua fala, destacou a crise climática como complicadora das relações globais e intensificadora das desigualdades.

No que tange à avaliação, Adeline ressaltou a importância de considerar o contexto cultural e histórico, especialmente no que diz respeito à origem das teorias e métodos de avaliação. A palestra apontou a predominância de paradigmas ocidentais nas teorias e métodos de avaliação, questionando a possibilidade de criar abordagens próprias no Sul global. Nessa perspectiva, a importância de contextualizar a avaliação é destacada, enfatizando a



necessidade de reflexão sobre as implicações culturais e contextuais da prática avaliativa.



Essa mudança de paradigma é relevante também porque a avaliação é uma questão de poder, sendo fundamental utilizar esse poder para influenciar teoria e prática a partir das potencialidades das comunidades locais. Em sua fala, abordou a persistência das assimetrias de poder na avaliação, questionando quem decide o que será avaliado, quem contrata e controla o fluxo de recursos. Nesse contexto, o impacto da avaliação ocidental na África é discutido, destacando a possibilidade de subjugar as culturas locais através do imperialismo e da colonização da mente, levando a uma reflexão sobre como a

avaliação pode ser uma disciplina que contribui para esse processo.

Adeline defendeu então a democratização e decolonização da avaliação, com ênfase na necessidade de se reconhecer e respeitar os conhecimentos e culturas locais, reconhecendo também a história de colonização e resistência e incorporando os conhecimentos nativos nas práticas avaliativas, valorizando a língua, história, etnicidade e outros elementos culturais.

A palestrante compartilhou também algumas experiências práticas de avaliação na África, destacando iniciativas como a criação de diretrizes em 2007 e a criação do movimento [Avaliação Made In Africa](#). Em sua opinião,, a decolonização da avaliação requer uma abordagem integral, envolvendo mudanças nas macro estruturas e nos sistemas de valores e o papel dos avaliadores é fundamental, sendo estes os defensores das mudanças necessárias, incentivando a reflexão sobre o impacto e a transparência das avaliações.



MESA 1: AVALIAÇÕES FORTALECEDORAS DA DEMOCRACIA

Em sua palestra, o **professor Adrian Lavelle tratou de avaliações fortalecedoras da democracia**. Em sua fala, compartilhou duas ideias principais. A primeira delas destacou a importância da participação na avaliação de políticas públicas não apenas para a formulação de políticas, mas também como um pilar fundamental para a democracia. A segunda ideia abordou a capacidade da avaliação participativa de aprimorar políticas, desde que essa prática seja intrinsecamente democrática.

Ele trouxe a análise de que na relação entre cidadão, política pública e democracia, há uma conexão tradicionalmente estabelecida, onde o eleitor avalia programas oferecidos por candidatos e, após avaliação, escolhe prioridades políticas, que trazem associadas políticas públicas, as quais podem já estar explícitas nas campanhas políticas e podem ou não ser implementadas pelos representantes eleitos. A compreensão clássica sugere então um controle democrático sobre as políticas, mediado pelo processo eleitoral. No entanto, segundo o professor Lavelle, essa visão é limitada, especialmente diante da complexidade do ciclo de políticas públicas, explicando que o ciclo de políticas públicas, que muitas vezes retratado de maneira linear, é, na realidade, uma ficção.

"A ideia de que você tem diagnósticos que identificam um problema e esses diagnósticos levam à adoção de modelos de políticas (...) e que, uma vez tomadas as decisões, essas políticas são implementadas; e a implementação

produz diferença lá na ponta, na vida, na vida do cidadão é uma descrição sumamente estilizada e que, de fato, não corresponde à forma como operam as políticas públicas. O processo de implementação é um processo de redefinição contínuo em negociação e readaptação; de reformulação da política, de modo que entre o representante que decide alguma coisa e o que sai do outro lado, na ponta da implementação, numa política, há uma relação de controle muito tênue."

Adicionalmente, Lavelle reforçou em seu discurso que vivenciamos diferentes democracias, especialmente em sociedades desiguais, sendo que as disparidades territoriais, socioeconômicas e raciais influenciam a forma como as políticas públicas são percebidas e implementadas.

"Aqui faz todo sentido a crítica que o movimento negro dirige àqueles como eu, que fazemos o diagnóstico de democratização do país do ponto de vista do campo de estudo da participação. E dizemos olha, há um crescimento da democracia e da democratização no país. E eles dizem para nós, não sem razão, "essa democracia que vocês descrevem, seja lá onde tiver acontecido, nós não vivemos, nós não vivemos na democracia". E assim, a participação nas políticas atua aí, onde as decisões afetam diretamente a vida das pessoas. Sem dúvida, as decisões macro importam e muito. Mas essas decisões variam muito no território e afetam de forma muito desigual a vida da população e a participação na avaliação de política, aí onde elas fazem diferença na vida das pessoas, ajuda a conectar



a democracia com a cidadania, onde faz diferença para a cidadania"

A segunda ideia destacada pelo palestrante foi a capacidade de a avaliação participativa para aprimorar políticas. Essa melhoria depende de mecanismos informacionais, mecanismos cognitivos e mecanismos de conflito de modulação da política. Participantes, ao terem acesso a informações locais relevantes, contribuem para políticas mais adequadas às necessidades específicas de determinados grupos. Além disso, a diversidade cognitiva resultante da participação permite uma compreensão mais abrangente dos problemas enfrentados por diferentes segmentos da sociedade.

A participação também funciona como um mecanismo de modulação por meio do conflito, proporcionando voz a grupos historicamente marginalizados, fazendo com que esses grupos expressem suas diferenças. O conflito torna explícito que aquilo que parece consenso, pode não sê-lo, modulando as políticas.

No entanto, para que esses mecanismos operem efetivamente, a avaliação participativa deve ser democrática. Transparência, adequação da informação às necessidades dos participantes e uma composição plural são fundamentais.

Em resumo, a participação na avaliação de políticas não é apenas crucial para a efetividade das políticas públicas, mas também para a própria essência da democracia. Para que essa participação aprimore as políticas, é imperativo que seja conduzida de maneira democrática, com transparência, informação relevante e uma representação plural,

garantindo igualdade entre os participantes e gestores.

Essas ideias forneceram um arcabouço valioso para enriquecer o debate ao longo do seminário e após a fala de Adrian, a conversa foi mediada por **Patricia Kunrath**, coordenadora de conhecimento do GIFE e teve como debatedores, Paula Miraglia, Michael França e Angela Dannemann.



A debatedora Paula Miraglia, trouxe para a discussão a importância de lembrarmos do contexto histórico recente, marcado por uma escassez de informação e de acesso a dados nos últimos quatro anos. Essa falta de transparência desvirtuou o debate público, levando a discussões muitas vezes carentes de fundamentação em informações concretas.

"A necessidade de redefinir o papel do debate público para que seja embasado em evidências e fatos é crucial para uma sociedade informada"

Um segundo ponto relevante de sua fala foi a consideração do contexto ao abordar temas da agenda pública. Segundo ela, a forma como comunicamos e debatemos questões específicas pode influenciar significativamente o avanço ou estagnação de determinadas agendas. A estratégia de comunicação deve ser intencional e adaptada ao contexto,



reconhecendo a sensibilidade de certos temas e a necessidade de abordagens diferenciadas.



Além disso, Paula Miraglia destacou a importância de uma comunicação eficaz, que envolve começar pelo final, evitar focar nos aspectos negativos e compreender a audiência. A clareza sobre com quem estamos dialogando, o tempo disponível dessa audiência e a defesa de uma ideia central são elementos fundamentais para uma comunicação impactante.

Por fim, ressaltou a necessidade de não temer a controvérsia. Em um período marcado pelo receio de retrocessos, ressaltou que é vital reconhecer que o avanço do conhecimento e do debate público depende da divergência de opiniões e da disposição para ser convencido do contrário. A controvérsia é um motor para o aprimoramento das ideias e para um debate mais rico e produtivo.

Angela Dannemann, por sua vez, trouxe um ponto fundamental que merece destaque: a crescente desigualdade, não apenas no Brasil, mas globalmente. A pandemia, acelerando esse fenômeno, gerou uma percepção de viver em diferentes realidades democráticas, destacando a falta de acesso a políticas públicas e a ausência de percepção de direitos.

Reforçou em sua fala, que a desigualdade não só impacta a justiça social, mas também desafia a realização de valores amplamente defendidos, como a educação e a saúde para todos. No contexto do Investimento Social Privado, ao se posicionar como ativista da educação, ressaltou a responsabilidade de considerar essas percepções ao buscar promover democracia e qualidade na educação e saúde. Segundo Ângela, o progresso nas avaliações ao longo das décadas é reconhecido, especialmente no Brasil, embora seja recente em comparação global. A transparência nos resultados e a comunicação sobre falhas e erros são aspectos que têm evoluído, mas ainda carecem de aprimoramento.

Ângela enfatizou também que a participação diversificada, incluindo grupos historicamente sub representados, é crucial para avançar, sendo a perspectiva decolonial algo essencial na avaliação, com uma abordagem inclusiva desde o desenho do projeto, envolvendo representantes dos públicos interessados.

No entanto, o desafio persiste na transparência da lógica da avaliação, conceituação e do próprio projeto. A responsabilidade por essa transparência recai tanto sobre os avaliadores quanto sobre quem contrata o serviço de avaliação. Nesse sentido, enfatizou a necessidade de questionar os avaliadores sobre esses aspectos desde o início, garantindo que a avaliação seja democrática e eficaz.

A preocupação com o tempo de entrada das avaliações também foi destacada, enfatizando a importância de não restringir a avaliação a um único momento no final do projeto e



reforçando a necessidade de considerar as interseccionalidades nas questões de raça, cor, nível socioeconômico e território.

Ao concluir, ressaltou a importância de uma avaliação mais democrática, que capture o valor percebido pelos públicos interessados desde o início do projeto. A falta de voz ou *feedback* adequado pode levar à desinteresse e omissão por parte da sociedade e das comunidades avaliadas.

Em conjunto, as reflexões trazidas destacaram a complexidade da relação entre avaliação e democracia, apontando para a necessidade contínua de evolução e aprimoramento nas práticas de avaliação.

Na sequência, **o pesquisador Michael França** iniciou a discussão sobre a relação entre avaliação e democracia, propondo uma reflexão sobre como a avaliação pode ser utilizada para compreender o grau de democracia em que vivemos. Ele sublinhou a visão de que nossa democracia é inacabada, evidenciando a falta de representatividade de mulheres negras e indivíduos de baixa renda em diversos espaços de poder, especialmente na política institucional.



O pesquisador compartilhou os resultados de uma pesquisa realizada no Núcleo de Estudos Raciais do Insper, que busca entender a representatividade nas eleições brasileiras. O estudo mostra que embora haja avanços na candidatura, com uma diminuição considerável do desequilíbrio racial e de gênero, a eleição efetiva ainda apresenta um alto desequilíbrio, refletido em todo o território e entre os diferentes partidos e ideologias.

A alocação desigual de recursos identificada,, ademais, indica uma maior visibilidade e redes de contatos dos homens brancos, o que contribui para sua competitividade. França salientou a necessidade de compreender as razões desse desequilíbrio, indicando que a desigualdade socioeconômica se reflete na desigualdade política.

Além disso, França ressaltou a importância de explorar se os eleitores estão discriminando mulheres e negros, destacando a falta de pesquisa nesse aspecto, argumentando que entender essa discriminação é essencial para avançar na construção de uma democracia mais justa.

Aumentar a representatividade torna-se crucial na política institucional, pois diferentes perspectivas e agendas podem surgir com a participação de mulheres negras de baixa renda. Ele enfatizou que essa diversidade pode levar a um Congresso mais capaz de enfrentar os desafios da sociedade brasileira e à formulação de políticas públicas mais abrangentes.

Finalmente, o pesquisador destacou a importância da avaliação ao longo do tempo para monitorar e compreender o desequilíbrio racial e de gênero na sociedade, argumentando



que a avaliação é fundamental para identificar onde ocorrem avanços e onde persistem desafios, contribuindo assim para o progresso da sociedade em direção a uma verdadeira democracia, onde fatores como raça, gênero e classe social não influenciem os resultados de vida das pessoas.

MESA 2: CONSTRUINDO PROCESSOS AVALIATIVOS MAIS DEMOCRÁTICOS

Veronica Olazabal compartilhou insights valiosos durante sua apresentação, revelando sua jornada de mais de 15 anos no campo da filantropia, colaborando com organizações renomadas como a Rockefeller, Mastercard Foundation e a BHP Foundation.



Originária de Lima, Peru, Olazabal ressaltou a importância de sua origem na moldagem de sua perspectiva sobre questões globais, especialmente em relação à democracia. Destacou a necessidade de incorporar sua herança e conexões com as comunidades em seu trabalho filantrópico. Além disso, enfatizou a importância da avaliação não apenas do ponto de vista técnico, mas também estratégico, explorando como evidências, dados e avaliações podem ser ferramentas para responsabilizar aqueles que moldam decisões em escala global.

A panelista abordou questões urgentes, usando a citação impactante de Greta Sandberg sobre a crise global, instando os presentes a agirem como se estivessem enfrentando uma emergência. Ela destacou a crise ambiental, incluindo o desmatamento na Amazônia e os incêndios na Califórnia, ressaltando a vulnerabilidade das comunidades diante das mudanças climáticas.

Como parte principal de sua fala, Olazabal discutiu três tendências disruptivas que moldam o campo da avaliação. A primeira envolve a ascensão de novos atores, com a maioria dos investimentos direcionados às comunidades em desenvolvimento, desafiando a dependência tradicional da filantropia. A segunda tendência enfoca questões de equidade racial, justiça social e decolonização, destacando a necessidade de avaliações mais subjetivas e inclusivas. A terceira tendência abrange o impacto crescente dos dados digitais e da tecnologia na avaliação, enfatizando a importância de avaliações éticas e responsáveis.



A palestrante destacou a mudança no mercado de avaliação, antes centrado nas demandas do governo, agora incluindo agências multilaterais, filantropia, setor privado e sociedade civil. Essa transformação traz implicações significativas para a prática de avaliação, com uma transição de métodos tradicionais para estratégias mais ágeis, adaptativas e centradas nos usuários.

Olazabal sublinhou a importância de avaliações contínuas e reflexivas ao longo do ciclo de vida de um projeto, destacando que a avaliação não deve ser uma reflexão posterior, mas sim uma ferramenta contínua para gerar valor, evidências e responsabilização. Ela encerrou enfatizando a necessidade de considerar uma variedade de perspectivas, incluindo as experiências das comunidades, ao abordar questões globais complexas.

Na sequência, o debate foi mediado por Leonardo Hoçoya, e teve como debatedores Givânia Silva, Michelle Costa e Rogério Silva.



Rogério Silva, ao participar do painel, expressou sua gratidão pelo convite e destacou a importância do evento. Ele reconheceu a relevância dos seminários anteriores na produção de literatura significativa sobre avaliação, enfatizando a honra de contribuir novamente para esse grupo.

O debatedor abordou a complexidade das práticas avaliativas, ressaltando que essas são intersecções onde se encontram culturas organizacionais, política e ciência. Destacou a importância de reconhecer os múltiplos sujeitos envolvidos nas avaliações e a necessidade de produzir processos avaliativos que fortaleçam a multipolaridade da sociedade.

A avaliação tem também uma natureza política e a compreensão desse aspecto é crucial para honrar suas possibilidades de fortalecimento da democracia. Reforçou o compromisso com a garantia de direitos como uma dimensão fundamental das avaliações, conectando-se com a filantropia e a necessidade de fortalecer as políticas democráticas.

O palestrante também abordou a necessidade de construir avaliações estratégicas, destacando que essa construção requer tempo de qualidade para interação com os atores envolvidos. Para tanto, ressaltou a importância de investir na capacidade interna das organizações para realizar avaliações, enfatizando a necessidade de equipes internas plurais e a revisão da ideia de que apenas avaliações externas são eficazes.

Rogério concluiu com um apelo para um maior cuidado nos processos de planejamento, ressaltando a importância de integrar esses processos à avaliação e reconhecendo a aprendizagem como a palavra preciosa que conecta essas duas dimensões. Sua fala destacou a necessidade de uma abordagem mais holística e estratégica nas práticas avaliativas, considerando tanto a complexidade política quanto a aprendizagem contínua.

Michelle Costa discutiu diversos aspectos durante sua fala, ressaltando o papel da



Fundação Amazônia Sustentável (FAS) na região.

Contextualizou a atuação da FAS, destacando seus 15 anos de trabalho na Amazônia em uma área extensa de aproximadamente 11 milhões de hectares. A fundação abrange uma ampla agenda, incluindo projetos voltados para geração de renda, empoderamento social, infraestrutura comunitária, educação e saúde. O foco principal é a redução do desmatamento e da degradação florestal, associada à melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.

Em sua fala enfatizou a complexidade da Amazônia, composta por diversas realidades e cultura, sendo fundamental compreender as particularidades de cada região e superar desafios logísticos, sazonalidades e distâncias significativas.

A pandemia impulsionou a atuação da FAS, resultando em um amplo arranjo institucional envolvendo 119 instituições. O trabalho abrangeu mais de 115 territórios, incluindo unidades de conservação, terras indígenas e sedes municipais, impactando mais de 25.000 famílias e 900 comunidades.

Nesse contexto, Michelle abordou os desafios enfrentados, como a dificuldade de democratizar a informação em uma região diversificada e as complexidades logísticas, agravadas pela pandemia. A presença de estruturas de poder, como o narcotráfico, a religião e a política partidária, acrescentou dificuldades à implementação de projetos e avaliações.

Ela ressaltou a importância da confiança das populações nos implementadores e avaliadores, destacando a necessidade de

conquistá-la gradualmente para garantir respostas sinceras em avaliações. Além disso, Michelle mencionou a evolução das lideranças locais ao longo dos anos, enfatizando a importância de ampliar essas ações para fortalecer a democratização da informação.

"O pesquisador ou avaliador, ele tem que dominar o caboclo. O caboclo é a figura do amazônida. Isso é uma clara referência à linguagem dele. Então, existe toda uma maneira de abordar, toda uma maneira de fazer a chegada, toda uma maneira de conversar com ele, de ilustrar o que precisa ser mostrado, que se não for feita da maneira correta, a mensagem não será transmitida ou não será aceita. E isso é algo que se constrói. E é também um desafio"

Ao abordar questões técnicas, Michelle destacou os desafios da coleta de dados na Amazônia e a necessidade de adaptação, enfocando a transformação digital para otimizar a eficácia das ações da FAS.

Em relação às tendências apontadas por Verônica, Michelle reconheceu a presença de novos atores na região, destacando desafios e oportunidades. Quanto à justiça social, ressaltou os esforços da FAS na promoção da equidade, com programas voltados principalmente para mulheres, alcançando números significativos de participação feminina em atividades na região.

A fala de Michelle Costa transmitiu a complexidade do contexto amazônico, os desafios enfrentados e a resiliência da Fundação Amazônia Sustentável em sua missão de promover sustentabilidade e qualidade de vida na região.



Por fim, **Givânia Silva** compartilhou suas experiências no Zimbábue, onde se sente livre do racismo brasileiro, destacando a significativa entrada no país e a liberdade de preocupações relacionadas ao racismo enquanto está lá.

O período de 2016 até o presente, especialmente para públicos raciais, foi mencionado como desafiador. Givânia ressaltou a complexidade de avaliar uma política em andamento, considerando os desafios e disputas enfrentadas pelos diversos atores envolvidos.

Abordou a importância da educação na promoção de mudanças democráticas e destacou que qualquer transformação deve passar por esse setor. Além disso, discutiu a dificuldade de avaliar a partir de um olhar externo, enfatizando a importância de ouvir as comunidades e reconhecer suas diversas práticas e saberes.

Eu não sou uma avaliadora, não sou de nenhuma fundação. Meu olhar aqui é do olhar de quem é olhado. É o olhar de quem é observado... dos beneficiários que é também uma categoria bastante complicada e complexa. E aí dizer que para mim esse lugar, esse olhar, é a minha contribuição para este público tão importante também.

E na pandemia eu acho que se mostrou muito mais, porque as políticas públicas para determinados grupos, se não chegavam, passaram a não chegar mesmo. Às vezes as pessoas me perguntam como é que estamos, como foi a pandemia nos quilombos, como ficaram os quilombos, com a chegada da pandemia. E eu digo vamos fazer a pergunta menos colonial e vamos perguntar como

estavam os quilombos quando a pandemia chegou?

Destaca que o racismo deixa determinados grupos expostos a muitas questões. E a pandemia revelou o que já estava lá. Então, pensar num processo de avaliação é pensar no espaço de poder, que é um espaço poder como a Adeline trouxe. Ou seja, pensar a avaliação que ainda é um mecanismo de colonização, porque trás parâmetros que não representam ou que não trazem para a cena os sujeitos como sujeitos que têm vozes, sujeitos que têm linguagem.

A falta de reconhecimento de saberes não escritos, a necessidade de escuta e a importância da confiança foram ressaltadas como elementos cruciais em processos avaliativos. Givânia enfatizou a necessidade de investir em formação e informação para os sujeitos dos públicos atendidos, promovendo uma abordagem mais democrática.

"Esse lugar de mulher, quilombola, educadora, pesquisadora, pensando não mais questões muito individualizadas, mas tentando pensar questões sistêmicas e a educação. Para mim, ela não está fora do radar e ela não pode estar fora do radar de qualquer olhar. Se a gente quer efetivamente promover mudanças... não consigo enxergar mudanças que não passem pela educação"

Ela concluiu destacando a importância de mudar a linguagem avaliativa, reconhecendo as práticas e teorias presentes nas comunidades, mesmo que não estejam formalmente registradas, e ressaltou a luta pela reconstrução da história durante a pandemia.

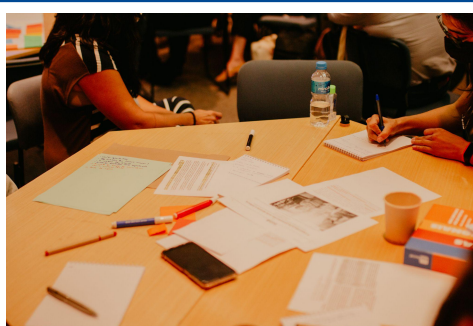


Clique e assista ao vídeo completo da plenária





OFICINAS



Oficina 1: O WORLDCAFÉ com Adeline Sibanda

Nesta oficina, Adeline trouxe para o grupo algumas provocações pedindo que:

- Avaliassem criticamente a maneira como estavam conduzindo e usando avaliações em suas organizações, pensando se o desenho, a conduta e o uso foram democráticos.
- Pensassem o que poderiam fazer para tornar mais democráticas as avaliações conduzidas por suas organizações.
- Identificassem quais obstáculos precisaram enfrentar neste processo.
- Propusessem algumas soluções para alcançar a mudança de sistemas na democratização das avaliações.

A partir das discussões, algumas questões emergiram e foi observado que na busca por uma avaliação mais precisa e eficaz, é imprescindível dar voz ao público-alvo desde o início, envolvendo-o ativamente desde o desenho. Além disso, foi sugerido encontrar formas de garantir a representatividade dos

grupos envolvidos, de modo a promover a inclusão e evitar marginalizações, adotando abordagens menos impositivas, considerando a perspectiva do sujeito, que difere da perspectiva do objeto da avaliação. Neste aspecto, o grupo identificou uma possível solução aproximando as áreas de implementação das áreas de avaliação dos programas, estreitando também as relações com os grupos beneficiários e tornando-os participantes ativos do processo. Além disso, foi destacada a importância de se trabalhar a comunicação e a linguagem, buscando formas que estimulem uma troca franca e uma relação positiva com os beneficiários. Embora o conhecimento não precise ser diretamente transferido para o beneficiário, é crucial que exista dentro da instituição, de forma a promover um ambiente propício para a colaboração e o envolvimento dos beneficiários.

Ao longo das reflexões ficou claro para o grupo quanto pode ser desafiador equilibrar as diversas forças em disputa em um processo avaliativo, tais como: as relações de poder e interesses institucionais; o conhecimento científico, as diretrizes dos especialistas e os



protocolos com a promoção de participação e avaliações mais democráticas.

Para os participantes foram feitas as seguintes provocações:

- Como a própria estrutura da organização implica no processo democrático de avaliação? Ela facilita, impede ou induz um processo mais democrático?
- O que cada um faz para democratizar o modo que planeja, desenha, implementa e avalia iniciativas?
- Para as necessidades de quem estamos planejando? Que resultados eles precisam?

A partir dessas perguntas e visando fortalecer processos avaliativos mais democráticos, algumas ideias emergiram do trabalho em grupos e a partir do diálogo entre todos:

- Tentar trazer público beneficiário para o momento de desenho da avaliação, das perguntas avaliativas, procurando aproximar-se mais da comunidade em questão e também dos financiadores, para envolver todas as partes no processo.

Os saberes precisam ser complementares paralelos e não subordinados entre si - Adeline Sibanda

- Tentar aumentar a comunicação entre os grupos de avaliação, procurando encontrar um denominador comum entre as áreas, para que todos possam acompanhar cada etapa do projeto.

- Qualidade versus quantidade – “sabemos que os RCT’s que conhecemos como os golden standards da avaliação, são números, e são quantitativos, não qualitativos. Então precisamos trazer significado para os números, entender o que causa influência sobre eles. “Se tomamos como verdade esse dado (os números como fator absoluto), ele pode ser contraditório e se tornar um obstáculo para a avaliação, afinal precisamos entender o contexto cultural, e avaliar de uma forma mais ampla o porquê daquele resultado, pois o número por si só é vazio.”
- Deve-se atentar para a importância de respeitar a cultura dos outros. Pois quando não o fazemos, os grupos em questão podem se sentir subjugados e não criam um laço de confiança. Dessa forma, podem até responder àquilo que os avaliadores querem saber, mas se fecham e não contam nada além disso. Então não se sabe de fato o que você está produzindo e o quão válidos são os resultados obtidos. As gerações mais jovens por receberem orientação da cultura ocidental acabam não compreendendo a diversidade cultural, e isso é uma barreira democrática dentro do processo de avaliação.”Depende da cultura. Há comunidades que são muito conectadas com sua espiritualidade e cultura. “Respeitar sua cultura, é respeitar sua espiritualidade.”



- Sobre decolonizar a avaliação:

"Decolonização é uma temática difícil, pois estamos desafiando coisas que aconteceram no passado e que ainda nos afetam. Isso não é uma metáfora, sim, podemos falar da palavra sem realmente abordar seu significado, mas dessa maneira o discurso torna-se vazio, e isso vejo acontecendo nos EUA. Nos EUA todos falam sobre isso, mas poucas pessoas estão descolonizando o sistema de educação, saúde e justiça; por exemplo, ainda vemos uma população negra carcerária predominante. Fala-se muito, mas pouco se aciona em relação a isso. Falam sobre justiça e igualdade, mas continuam sendo palavras vazias, por isso é um trabalho em andamento que deve ser feito em conjunto (...) Na África a questão das classes é muito forte. Temos que estar cientes, que isso já é o suficiente para criar uma visão preconceituosa da situação. Costumamos pensar que somos presentes de uma realidade mais virtuosa por sermos pessoas que vivem em uma metrópole em comparação às pessoas que estão na zona rural. Nós geralmente não perguntamos o que eles precisam, o que eles sabem. O sistema de conhecimentos deles também é muito importante. Precisamos aprender sobre a realidade deles, pois não vivemos no mesmo lugar e não sabemos qual é a experiência que eles têm.

Então parte desse processo é escutar o outro, e trazer essas questões para dentro do planejamento e da avaliação. Precisamos sentar, e antes de iniciar um processo de avaliação, nos questionar: o que eu sei sobre essas pessoas que estou trabalhando? qual é a cultura deles? o que é importante para eles? E eu não faço isso sozinha, vou até eles e converso, permito que eles me digam o que

precisam e assim, planejamos juntos. E isso é algo que importa, o respeito entre culturas e crenças."

Oficina 2: Agenda de desenvolvimento integral: uma evolução possível a partir da aproximação pesquisa sociedade (Daniel Santos e Mayara Antonelli - LEPES)

A oficina Agenda de desenvolvimento integral: uma evolução possível a partir da aproximação pesquisa sociedade se propôs a trazer discussões sobre o uso de evidências para informar a política pública, analisando o que, na prática isso significa.

A oficina trouxe uma visão abrangente das discussões que envolveram vários aspectos do desenvolvimento infantil, aprendizado socioemocional, políticas educacionais, formação de professores e aplicação de evidências em políticas públicas, aprofundando-se nas complexidades desses tópicos, oferecendo recomendações e estratégias baseadas em dados e pesquisas.

A primeira atividade do grupo, após identificarem-se, foi escrever os entendimentos individuais acerca de política pública baseada em evidência. Deste exercício emergiram palavras como: dados, avaliação empírica, impacto, responsabilidade, território, realidade, assertividade, democratização, investimento eficaz de recursos, retorno social, confiabilidade, robustez.

A tecnocracia durante um período teve um papel central, especialmente fomentada pelo discurso da política pública baseada em evidência, fato que resultou num empoderamento de setores técnicos dos governos na tomada de decisões, algumas



vezes não explicando para a sociedade como essas decisões eram efetuadas. Segundo Daniel, uma hipótese é que por trás dessa questão há um desconforto no questionamento da ciência nos dias de hoje, pois em muitos setores da vida em sociedade, esse papel foi delegado para um especialista. Mas tal situação nem sempre foi assim, teve início nos anos 1980 e o discurso da política pública baseada em evidência, em algum grau acelerou esse processo. No LEPES, quando passou-se a fazer da política pública a agenda de produção de conhecimento, questionamentos constantes foram colocados pelo grupo: quais são os limites da ciência? Qual o papel da ciência no ambiente democrático? A partir de qual ponto a tomada de decisão pertence à sociedade?

Os grupos trabalharam nessas perguntas pela perspectiva do caso do Plano Nacional de Educação, cuja primeira meta é a expansão do acesso à educação infantil, com a matrícula de 50% das crianças de 0 a 3 anos na educação infantil, preferencialmente pelo modelo de atendimento integral.

De acordo com Daniel, políticas públicas para educação infantil na primeira infância envolvem: a atenção às crianças cada vez mais com evidências de que a primeira infância é uma fase central na vida das pessoas e a questão da igualdade de gênero. Muitos países lidaram diferentemente com a conciliação dessas duas estratégias: países nórdicos conferiram grande atenção à divisão justa entre o cuidado materno e o cuidado paterno, enquanto que na América Latina o Estado começou a assumir funções que antes eram delegadas à famílias, facilitando uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho.

Como o Investimento Social Privado deveria se envolver nesse debate? Que tipo de evidência, que tipo de decisão pertence a todos nós e qual a parcela de pertence ao poder executivo, ao parlamento, a outros tomadores de decisão?

- Importância do vínculo da família com a criança
- aumento da licença parentalidade atrelada a programa de transferência de renda.
- Criar e fortalecer as redes de apoio às mães que viabilize o cuidado durante esse período.
- ampliação da licença maternidade com a possibilidade de uma volta da mãe ao trabalho de modo gradativo, inicialmente trabalhando um ou dois dias de modo presencial, ou de forma híbrida com o trabalho home-office.
- Incluir uma licença paternidade estendida, iniciando no período que a mãe regressasse ao trabalho, assim como a existência de creche no local de trabalho da mãe ou na vizinhança para que ela pudesse estar mais próxima da criança.
- Maior atenção para as pessoas que vivem do trabalho informal e a necessidade da criação de uma bolsa bebê e de um incentivo à empregabilidade.

As atividades realizadas reforçaram que produzir evidência não se resume à avaliação de impacto. O contexto importa e as evidências precisam preferencialmente ser analisadas sob um contexto (político, institucional, ambiental



etc). Do mesmo modo, foram realizadas diferentes atividades a fim de compreender formas de utilização das evidências em diferentes contextos, analisando a natureza das evidências produzidas, o percurso da produção do dado e também o percurso da iniciativa para compreensão das evidências produzidas, além da necessidade de múltiplas fontes de informação e múltiplos desenhos metodológicos.

Um ponto central motivador das atividades realizadas nos grupos foi tentar compreender o uso da ciência para fazer política pública, uma vez que a ciência pode trazer princípios científicos para informar a política pública. Porém, aproximar esses dois pólos ainda é um desafio já que o Brasil é um dos países no qual a academia, a produção de conhecimento, estão muito distantes da formação de política pública.



Oficina 3: + Avaliação - Desigualdade (Wesley Matheus e Carolina Imura)

O principal objetivo da oficina foi a apresentação, em primeira mão, da publicação "+Avaliação - Desigualdade" realizada pela RBMA em parceria com o Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE). Buscou-se, em um primeiro momento, esclarecer seus pressupostos e as diretrizes, que na visão da publicação, devem guiar as avaliações dos projetos fomentados pelo Investimento Social Privado. A segunda parte da oficina foi mais prática e teve como proposta a elaboração de uma minuta de Termo de Referência, a fim de provocar os participantes a pensarem, desde a contratação, como promover avaliações que contribuam para a redução das desigualdades. A proposta era, portanto, aplicar as diretrizes da publicação, bem como as reflexões geradas pelo seminário na parte da manhã, em processo comum aos participantes da oficina. Desse modo, buscou-se proporcionar um momento reflexivo, mas também uma experiência prática que gerasse aplicabilidade das diretrizes na prática profissional dos participantes.

Na introdução, foi citado o contexto de parceria institucional entre a RBMA e a agenda de avaliação do GIFE, no esforço de produzir



materiais e fomentar o conhecimento relacionado à pauta de monitoramento e avaliação no contexto brasileiro, expondo que a publicação é um dos frutos dessa parceria. Foi exposto também que a publicação não pretende fechar a discussão ou estabelecer qualquer paradigma fechado e resolvido para a avaliação como meio para a redução de desigualdade, mas se pretende sim, um pontapé no campo de articulação entre avaliação e redução das desigualdades, no contexto dos projetos do investimento social privado e das políticas públicas.

A justificativa abordou a perspectiva adotada na publicação sobre o que é a avaliação dentro do espectro de possibilidades que são engendradas pelo investimento social privado no contexto de seus projetos e do papel e da responsabilidade dos processos avaliativos. As “lentes” propostas pelas diretrizes da publicação podem e devem reorientar as condutas perante determinado projeto. Bem como o fato de a avaliação e o monitoramento serem sim ferramentas, que contribuem com a atualização e agudização do potencial do impacto de programas, projetos e políticas que visam a redução de desigualdades.

A publicação + Avaliação - Desigualdade é complementar às Diretrizes para a prática de Avaliações no Brasil (outra parceria entre o GIFE e a RBMA). Ambas se pretendem como documentos inspiradores que apontem caminhos para a avaliação, mas que não tenham o peso de axiomas, fechados ao debate. Ao contrário, a proposta foi a de construir diretrizes reflexivas que pensem as dinâmicas sociais, culturais, cosmológicas dos agentes que se entrecruzam no decorrer dos projetos e avaliações.

O público-alvo a que se destina a publicação de “+Avaliação -Desigualdade” foi definido como sendo primordialmente as comunidades que interagem com avaliação, seja no investimento social privado, seja no estado, seja dentro das empresas. Destina-se também às organizações que contratam avaliações, aos avaliadores independentes, bem como às organizações que consomem avaliações. Contudo há aqui um objetivo a mais que foi considerado como fundamental, que é a destinação da publicação também às populações que são, em geral, vistas como os “públicos-alvo” dos projetos avaliados, - nem sempre parte do processo e raras vezes considerados como protagonistas. Objetiva, assim, a criação de vias de mão dupla (ida e volta) nos processos avaliativos, numa busca por equiparar as assimetrias presentes na sociedade, e não as reproduzir, especialmente em projetos que almejam reduzir as mesmas.

As diretrizes para a avaliação que tomaram forma ao longo do processo de construção da publicação foram desenhadas em quatro pares: 1) Democrática e Transparente, 2) Intercultural e Inter-identitária, 3) interdisciplinar e inter-saberes, 4) Pedagógica e Reformadora.

As diretrizes partem do pressuposto de que a avaliação é uma ferramenta que tem o potencial de redução de desigualdades, quando aliada a projetos de investimento social, público e/ou privado. Se colocam também de forma aberta à discussão e ao debate, levando em consideração que as construções dos parâmetros de avaliação são e devem ser coletivas e se não horizontais, devem buscar a horizontalidade nas relações que se dão no processo de construção da avaliação. Outro aspecto basilar que foi posto, é o fato de a



avaliação se dar num contexto político em que interesses de grupos, instituições, comunidades ocupam posições assimétricas.

Essas assimetrias se apresentam na diferença entre a posse de recursos políticos, econômicos, socioculturais e epistemológicos entre os agentes afetados pela avaliação. Logo, se há assimetria de alguma das partes, é necessário um esforço que traga à tona a possibilidade de povos, comunidades e grupos que historicamente são invisibilizados, tenham espaço para exercer suas vozes dentro dos processos avaliativos que os afetam. Dado que há corpos, culturas, cosmologias e vozes mais dotadas de validação, razão e verdade, é fundamental para a construção democrática do processo, que haja reflexividade sobre essas assimetrias para que não se reproduzam dentro dos processos que almejam saná-las.

Na sequência o grupo foi convidado para participar da parte prática da oficina, cujo objetivo era a construção de uma minuta de Termo de Referência para a contratação de uma avaliação de um programa intersetorial fictício de enfrentamento à pobreza. A partir da exibição do curta-metragem de animação Vida Maria, que ofereceria um cenário de ensino à políticas públicas, no sertão do Ceará, a partir do qual os participantes teriam que imaginar que eles seriam parte da equipe que está contratando essa avaliação, e sua contribuição seria uma primeira versão da minuta e para isso se valeriam das diretrizes expostas durante a primeira parte. Os grupos receberam um template com espaços para que apontassem:

Objetivos da avaliação: Em linhas gerais, o que se pretende com essa avaliação

Perguntas avaliativas: Quais perguntas podem auxiliar na compreensão sobre a capacidade do programa em reduzir desigualdades?

Estratégias para avaliação: Como a avaliação deve ser planejada? Quais atividades devem ser realizadas?

Produtos esperados: Há produtos específicos que a equipe de avaliação deve entregar? É relevante pensar em prazos de entrega?

Perfil da equipe de avaliação: Há perfis específicos, competências, habilidades ou qualificações?

Outros requisitos: Há outros requisitos ou observações importantes para o processo avaliativo que não foram contemplados nos itens anteriores?

Após a exibição do curta, os participantes passam às discussões sobre o filme. Parecia que o primeiro esforço de todos os grupos tinha um sentido de diagnóstico e mapeamento. Tendo em vista que o filme aborda de maneira central, grandes problemas sociais brasileiros como ciclos de pobreza intergeracional, trabalho infantil, acesso à educação, planejamento familiar e mais um gama de outros problemas que se poderiam ser depreendidos destes centrais, todavia, para a construção da minuta de Termo de Referência para um projeto de avaliação e monitoramento, valendo-se das diretrizes consolidadas pelo processo de pesquisa da publicação +Avaliação -Desigualdade, seria necessário um esforço imaginativo com o intuito de elaborar melhor o contexto e adjacências desse cenário de "Vida Maria", bem como para imaginar o próprio processo de construção dessa política intersetorial.



Ao final, após o trabalho em grupos e a apresentação individual de cada um, surgiram algumas reflexões coletivamente.

Sobre os dados: levando em consideração que todos os grupos mencionaram a questão de coleta e uso de dados, refletiu-se sobre o modo de olhar para os dados e a necessidade de abrir os dados e desagregá-los. Ela cita o exemplo da pobreza menstrual, considerando que na educação há a coleta de uma grande gama de dados, que vão formando blocos de informações que respondem a grandes questões como frequência, rendimento, etc. No entanto, só foi possível perceber a questão da sazonalidade da ausência de meninas de determinada idade, por conta da ausência de condições de higiene menstrual, depois da desagregação dos dados. É necessário desconstruir grandes perguntas em pequenas perguntas.

Participação: também amplamente citada na atividade coletiva, ficou forte a necessidade de desdobrar esses dados, citando o exemplo de um projeto de pesquisa sobre orçamento participativo em que as pessoas engajadas na participação eram, majoritariamente, as mulheres da comunidade, mas sempre que era necessário escolher um interlocutor representante, um homem era o escolhido, mesmo que eventualmente fosse o único homem presente. É necessário, portanto, formular questões para avaliar a participação: que participação é essa? Quem participa? Onde essas pessoas moram? São mulheres ou homens? Entre outras.

Linguagem: é lembrado o comentário de Adeline Sibanda na plenária sobre como fazer uma história contada e quais as possibilidades

para as devolutivas, questionando se o processo de uma grande entrega de um relatório final seria válido, ou várias entregas parciais que contemplem os diversos perfis de participantes, não seria uma forma de potencializar, de atualizar e ir reconstruindo a avaliação.

Parâmetros para coleta de dados: deve estar explícito no Termo de Referência, e isso se reflete em resultados posteriores, em especial no quesito de rastreabilidade que é fundamental para o processo de transparência. Ele se vale do exemplo do quesito raça/cor em formulários cujos parâmetros são diferentes dos parâmetros do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e como isso gera uma perda de comparabilidade. Rastreabilidade de dados é fundamental para a transparência do processo.

Métodos e processos de coleta de dados: Na medida em que estamos abrindo os métodos, podemos abrir outras possibilidades de coleta de dados como uso de jogos, fotografias, procurando identificar ou inventar novos recursos para novos desafios.

Perfil dos avaliadores: uma das participantes havia levantado um questionamento sobre a contratação de pessoas de localidades e perfis mais diversos, considerando que muitas das consultorias se concentrariam no eixo Sul-Sudeste. Wesley reflete então sobre os curtos-circuitos e vieses que os meios de comunicação das organizações podem apresentar e expõe a necessidade de ampliar horizontes, entrando em contato com outras organizações para que divulguem os Termos de Referência em suas redes e mailings. Os vícios organizacionais nas exigências de

16º Seminário Internacional de Avaliação

Avaliação e Democracia



determinados perfis, como por exemplo, a exigência de conhecimento em ao menos três línguas para certas vagas, para as quais não é necessário nem uma segunda língua, gerando mais um filtro de entrada, do que um parâmetro válido de competências para a vaga.



Para saber mais sobre o documento acesse:



Clique Acesse a publicação completa

